

Sucupira não morreu

VALDIR OLIVEIRA*

Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Em 2023, comemorou-se 50 anos da novela *O Bem Amado*, um clássico da teledramaturgia em forma de sátira. Até hoje, é usada como exemplo para caricaturar o comportamento da política brasileira. Odorico Paraguaçu foi eleito prefeito de Sucupira, uma fictícia cidade baiana, que parece ser um retrato de algumas cidades brasileiras. Muitas vezes, mais perto do que muitos imaginam. Odorico Paraguaçu é um político corrupto, demagogo e de péssimo caráter. Sua forma de agir fez de sua marca a gestão cômico-trágica.

Como todo populista, Odorico procura agradar os eleitores com sua verbosidade. Expressa seu amor pelo povo, na distância de seus gestos e na forma de sua fala, com desprezível falta de empatia. A promessa de campanha do prefeito foi a construção de um cemitério. Obra pronta, a inauguração, no estilo “pão e circo”, necessitava de uma morte. Era relevante o comício e a festa para encetar o feito. Todavia, a dificuldade era a falta de óbitos em Sucupira. A grande missão do prefeito foi, então, torcer por um falecimento, apesar de defender a vida nos discursos. De forma caricata, parece que Odorico Paraguaçu representa a política onde a palavra do político não se reflete em suas ações.

Passados 50 anos e a história ainda repete aquele contexto. O político que disputa a eleição é diferente do mesmo político que assume um mandato. A promessa de campanha, para alguns políticos, não significa compromisso de mandato. E o pior é que a sociedade parece não ponderar essa situação, normalizando o perfil mitômano na política. A sensação é a de que a promessa impossível — uma mentira portanto — é premissa para se eleger. Isso é uma catástrofe para a democracia. O candidato se preocupa mais em falar o que o eleitor quer ouvir do que o que ele pensa. Mentir é prática para se eleger. Triste realidade.

As irmãs Cajazeiras formam outra marca histórica da novela e tão presente no universo da política. As três irmãs, Dorotéia, Dulcinéia e Judicéia eram as fiéis defensoras de Odorico Paraguaçu e da moralidade. Em público, conservadoras; no privado, homenageavam os mais primitivos desejos com o próprio Odorico. Isso reflete a hipocrisia que alimenta as relações de poder na política. Muitos que se associam ao conservadorismo e ao moralismo para a conquista de votos têm, em suas vidas privadas, condutas contrárias àqueles princípios, muitas vezes de forma impudável.

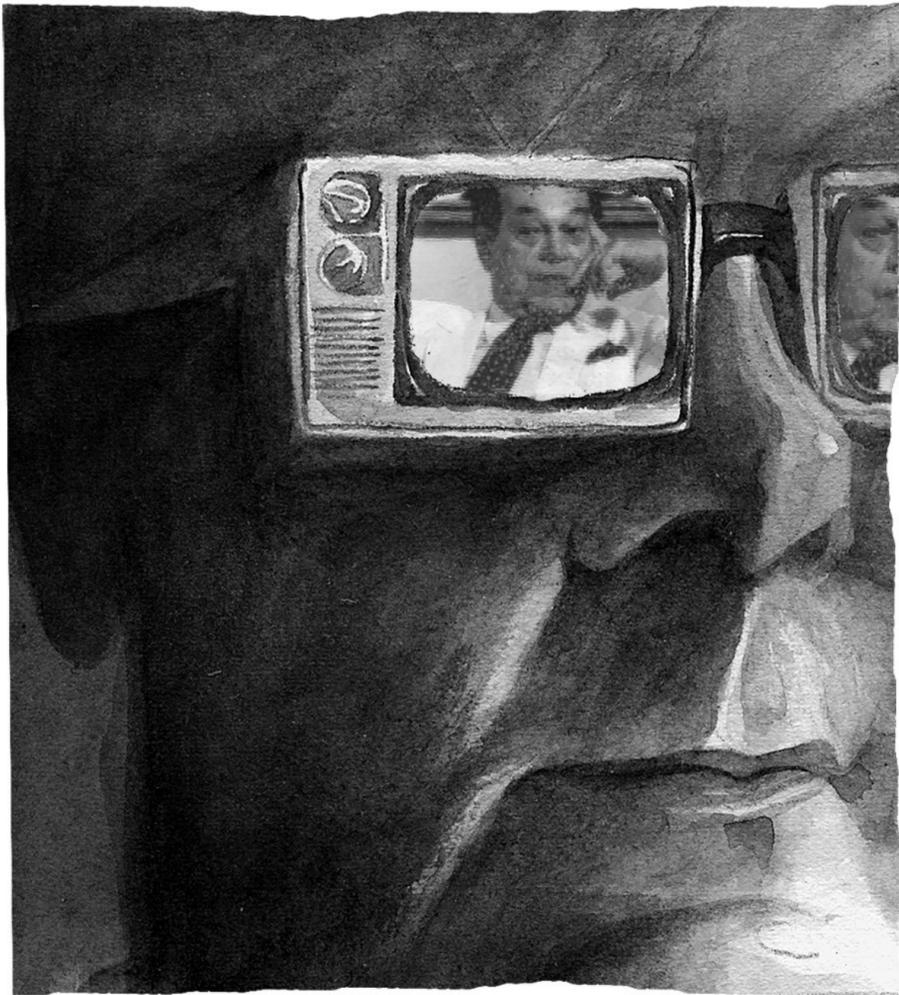
E como esquecer do Nezinho e seu leal companheiro, o jegue. Nezinho do jegue era a marca da contradição. Quando estava sem o efeito do álcool, defendia o prefeito Odorico como seu legítimo cabo eleitoral. Após a ingestão alcoólica,

se transformava em seu principal adversário, protestando aos berros com palavras contra o prefeito Odorico, até dormir. Não são poucos os Nezinhos que ficam a favor ou contra o político de plantão, independentemente de princípios. O importante para muitos é ajustar seus interesses pontuais, sempre com a desculpa de que fará tudo pela cidade que o elegeu, mesmo que isso signifique se unir ao seu antagonista. Não são poucos os Nezinhos que usam a bebida no seu dia a dia para esconder as suas verdadeiras opções políticas ou até dormir sob a desculpa do álcool para esconder suas verdadeiras decisões políticas.

Quem não se lembra do Dirceu Borboleta? Assessor do prefeito Odorico, ama caçar borboletas e tem verdadeira adoração pelo prefeiteiro Odorico Paraguaçu. É tratado por este como cachorro. Todavia, quanto mais humilhado, mais ele o venera. Como todo ciclo tem um fim, principalmente quando baseado na hipocrisia, Dirceu Borboleta descobre que foi traído pelo prefeito. A traição, quando descoberta, foi imperdoável para o ingênuo Dirceu, que troca a veneração pelo

ódio. Os ciclos na vida são assim. Quando se descobre a verdade escondida por trás da hipocrisia, a veneração se torna ódio e repulsa, e o hipócrita paga o preço com o ódio do ofendido.

Sucupira não morreu. Sucupira pode estar bem mais perto do que se imagina. Quantos Odoricos se aproveitam da ingenuidade dos Dirceus, da vulnerabilidade das irmãs Cajazeiras e da utilidade dos Nezinhos. Quantas galhofas são produzidas por Odoricos que utilizam a ridicularização para esconder seus interesses e não são percebidas pela sociedade? Mas todo ciclo tem um fim. E o que fica? A sátira e o ridículo de quem usou e abusou das fragilidades dos eleitores apenas para seus interesses. Odorico se manteve cheio de amigos, mas terminou na solidão construída pelo seu caráter. Odorico pagou o preço na novela *O Bem Amado* e todos os dias os vários Odoricos acertam suas contas com seus eleitores. Quando chega um novo ano, reacende a esperança de que o bem vença o mal e a justiça seja feita. Afinal, como em Sucupira, a esperança é a última que morre!



Jovens incentivam empresários a investir em Brasília

» JOSÉ NATAL
jornalista

Quando a parceria é boa, saudável, correta e estabelecida dentro do que manda a lei, todos saem ganhando e, no fim, é só correr para o abraço. Comemorar. Pelo que anunciam, a Associação Comercial do DF (ACDF) e a Federação de Empresas Juniores do Distrito Federal (Concentro-DF) abre-se por aqui um amplo e vistoso mercado de trabalho para os jovens, em vários segmentos. Numa reunião aberta, com cenas explícitas de otimismo e projeções possíveis, as duas entidades deram start num movimento até então inédito em Brasília. O projeto Salve um Negócio, em vigor em outros estados, chega a Brasília, e a porta de entrada para que dê certo é a Associação Comercial do DF.

Fernando Pedro de Brites, presidente da ACDF, que acredita na iniciativa, deu as boas-vindas ao grupo de empresas, liderado pela Concentro. Para que o público entenda, a coisa funciona assim: 57 pequenas empresas juniores foram inscritas na Associação Comercial do DF. Todas elas passam por uma criteriosa avaliação de conteúdo e eficiência. Aquelas selecionadas, automaticamente passarão a prestar assessorias e atendimento profissional a entidades ligadas à ACDF, em diversos segmentos. Na prática, um exército de jovens universitários, monitorados por veteranos, passam a prestar atendimento àquelas empresas que enfrentam dificuldades para resolver questões jurídicas, administrativas, estruturais e de comunicação. Com mecanismos de ação aguçados, formação técnica e amparo estrutural em todos os setores que as empresas exigem, os grupos de jovens assessores podem contribuir para a solução de inúmeros problemas do dia a dia das empresas.

Bem humorado e com base na robusta bagagem de jornadas anteriores à frente da ACDF, o presidente da entidade, Fernando Brites, sinaliza que o projeto retine todas as condições para que também, em Brasília, seja um sucesso. Na palavra do líder do grupo de jovens, Caio Leal, o significado exato do que representa iniciativas como essa. Cita ele que a carreira de empresas e empresários não é e nunca foi fácil. Alguns, por falta de experiência, outros por entusiasmo ou interpretações equivocadas, às vezes, cometem erros de difícil solução.

A parceria com a Associação Comercial do Distrito Federal, entidade que interpreta vontades e anseios de uma sociedade exigente e bem estruturada como a de Brasília, representa para grupos de jovens um desafio que incentiva e motiva a uma atividade ainda mais cuidada, e atenta.

Beirando os 70 anos — em 2024 completa 67 — a ACDF, sem medo de ser feliz, entra para o rol das entidades que mais tem se apresentado para arrebatar fatos e coisas benéficas à comunidade da capital da República. Pouca gente sabe, mas a ACDF foi fundada em 1957, três anos antes da inauguração de Brasília e, de lá para cá, acumula feitos em benefício ao cidadão, superando, inclusive, algumas ações desempenhadas por alguns governos ao longo dos anos.

A paternidade pela criação do Banco Regional de Brasília (BRB) pertence a ACDF, que viu na criação do banco um confiável porto seguro, onde empresários e associados pudessem se sentir protegidos e dividir responsabilidades com seus negócios. A Federação das Indústrias (Fibra), hoje entidade consolidada e ponto de referência desse segmento em todo o Centro-Oeste, também foi idealizada nos gabinetes da ACDF, o mesmo acontecendo com a Federação do Comércio, Sindicato Varejista, Clube dos Diretores Lojista e sindicatos representativos de várias categorias profissionais. Pela entidade passaram alguns nomes que inscreveram seus nomes na vida política e empresarial da cidade. Lindberg Aziz Cury, Vicente de Paula Araújo, Antônio de Paula Pontes, Paulo Guaraciaba e Nuri Andraus estão entre eles. Lindberg, inclusive, defendeu os direitos de Brasília no Senado Federal, onde exerceu o mandato de senador por quatro anos.

Fernando Pedro de Brites, que nasceu em Beira Alta, em Portugal, está no Brasil desde 1953. Brites chegou a Brasília em 1979, e desde 1983 está ligado à entidade. Começou na gestão de Josezito Andrade, quando atuou como diretor. Atenta aos movimentos dos empresários e suas empresas, a associação, em várias circunstâncias, posicionou-se em defesa de seus filiados, fazendo do diálogo e do debate a melhor ferramenta na busca de soluções para todas as questões. Os últimos dias de 2023, para a Associação Comercial, sinalizaram o empenho e dedicação a uma causa que, sabidamente, sempre gerou polêmicas em Brasília e dividiu opiniões.

A liberação do Setor Comercial Sul para que seja transformado também em área residencial. Para quem conhece as particularidades da cidade sabe bem o que isso significa. Mal utilizado, ocupado por entidades que nada têm a ver com o que se pode chamar de atividade comercial especificamente, o Setor Comercial se transformou num local que abriga ambulantes, desocupados e, esteticamente, nada tem a ver com o que se esperava para o local quando foi projetado. A ideia de se transformar o local em mais um setor que abriga residências e moradores ganha corpo, e apoiadores. A ACDF carrega a bandeira, otimista.

Sem pressão popular, Estatuto dos Direitos do Paciente continuará no papel

ALINE ALBUQUERQUE e VICTOR GRABOIS

Diretora da Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente (Sobrasp) e presidente da Sobrasp, respectivamente

Em 2023, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu como foco da campanha pelo Dia Mundial da Segurança do Paciente o engajamento do paciente e dos familiares nos cuidados de saúde. Importante lembrar que só é possível engajar alguém em algo se reconhecemos esse alguém como igual. Nas instituições de saúde, o engajamento do paciente significa, portanto, reconhecê-lo como membro da equipe, um participante ativo do próprio cuidado, com informações e experiências que serão seriamente levadas em conta. Estamos bem longe disso no Brasil, seja no âmbito privado ou no público. Via de regra, o paciente não é, sequer, escutado.

Na saúde pública, especialmente, para que o engajamento de fato tenha chances de acontecer, é preciso antes trabalharmos para corrigir a grande assimetria de poder existente nos serviços de saúde. Há um abismo entre o nível de instrução dos médicos e da nossa classe menos favorecida, que forma a maioria das pessoas que utilizam o Sistema Único de Saúde.

Além das vulnerabilidades cognitiva, emocional e física — comuns aos pacientes em todo o mundo —, o brasileiro da base da pirâmide ainda enfrenta, e num momento crítico como o de uma doença, a vulnerabilidade social. Em geral, com pouca escolaridade, ele compreende menos a informação que recebe sobre sua saúde e sofre com os vieses implícitos dos profissionais que o atendem. Se o preconceito e a discriminação impactam negativamente a escuta, imagine seus efeitos sobre o compartilhamento de poder.

Antes de falarmos de engajamento, também

precisamos de uma política de letramento em saúde no país — outro pilar do engajamento do paciente. Dizemos “política” porque esse é o primeiro passo para forçar o sistema de saúde a fazer as mudanças necessárias, para que se desenvolvam as capacidades dos pacientes de encontrar, compreender e utilizar informações que possibilitam tomar decisões relacionadas à saúde. Letramento em saúde é uma área de estudo cujas pesquisas comprovam que um paciente bem informado retorna muito menos devido a insucessos no tratamento. Com uma política de letramento, poupamos o paciente e evitamos dispêndios desnecessários de recursos.

A empatia clínica (que é bem diferente de ter compaixão pelo outro) é outro pré-requisito fundamental para que o engajamento aconteça. A interação humana empática entre o profissional de saúde e o paciente, por si só, é curativa e tem impacto positivo nos resultados das instituições, segundo pesquisas consolidadas em todo o mundo. Há, inclusive, redução dos riscos de litigância, visto que a maioria desses processos está relacionada a problemas na comunicação ligados à empatia.

Por tudo isso, falar de engajamento no Brasil ainda é pular etapas. Uma delas — de ordem mais prática — é o Estatuto dos Direitos do Paciente, instituído pelo Projeto de Lei 2.242/2022. Há mais de um ano, esse PL aguarda a emissão de relatório pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e, sem a pressão da opinião pública, tende a continuar apenas no papel em 2024. Vale dizer que

o projeto é de 2016, apresentado na Câmara dos Deputados, e que só foi votado em 2021.

É preciso acelerar. Estamos muito atrasados. O Brasil é um dos poucos países do mundo ocidental que não tem uma lei de amplitude nacional de direitos do paciente. Obviamente, ela não fará milagres, mas é a base para conseguirmos avançar na cultura da segurança em saúde, que, por sua vez, tem toda relação com o engajamento do paciente.

Segundo a OMS, o envolvimento do paciente e da família pode reduzir a carga de danos potenciais em até 15%, salvando inúmeras vidas e economizando recursos. É um percentual de peso numa realidade em que uma em cada quatro pessoas sofre um evento adverso durante a internação hospitalar devido ao cuidado inseguro.

Depois de nosso estatuto aprovado, ainda teremos que perseguir os mecanismos que ajudam a garantir seu cumprimento — capacitação de equipes, divulgação ampla, pesquisas sobre a qualidade dos serviços, relatório anual de implantação, acolhimento de reclamações, entre outros. Mudanças culturais e comportamentais são desafiadoras e tomam tempo, por isso mesmo é urgente começar.

Esse é o caminho que vem sendo trilhado pelos mais avançados sistemas de saúde, que colhem os melhores resultados com mais segurança para os pacientes e profissionais de saúde, e garantem sua sustentabilidade. Fomos, somos ou seremos todos pacientes. Unamos nossas vozes para que em 2024 seja um marco na história dos nossos direitos.